FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Constitucional **(turma A)**

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☐ Anual ☒
Horas de Trabalho: _____
Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo – 2 horas/semana

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- Domínio avançado dos princípios estruturantes do Estado de Direito e da sua interconexão com a administração pública, estrutura essencial para a concretização dos direitos fundamentais dos cidadãos, no quadro da forte revalorização recente, na ciência jurídica e na jurisprudência, da dimensão constitucional do direito administrativo.
- Capacidade de análise e abordagem críticas de acórdãos e artigos doutrinais, numa perspectiva aprofundada e de investigação autónoma, típica do curso de mestrado.
- Preparação para a resolução de problemas jurídicos complexos, dotando os alunos de ferramentas que lhes permitam tanto enveredar por percursos ligados à investigação, como actuar em diferentes contextos profissionais que necessitam de conhecimentos de nível elevado.

6. Conteúdos programáticos:

QUESTÕES SELECCIONADAS DE EQUILÍBRIO ENTRE PODERES NO DIREITO CONSTITUCIONAL ORGANIZATÓRIO

§ 1.º - Pontos de partida: equilíbrio e controlos recíprocos como elemento do direito constitucional organizatório e dos sistemas de governo; princípio da separação de poderes, suas dimensões e principais manifestações

§ 2.º - Equilíbrio entre órgãos políticos: em especial, o veto legislativo no direito constitucional português e comparado

§ 3.º - Equilíbrio entre órgãos políticos e poder jurisdicional: validade e controlo jurisdicional dos actos políticos simples

§ 4.º - Equilíbrio entre o poder jurisdicional e o poder executivo: estrutura e limites do controlo jurisdicional do exercício da função administrativa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

A assinalada coerência decorre da escolha de temas de grande actualidade e relevância e de abordagens que contribuem para um aprofundamento significativo de conhecimentos e da reflexão crítica que se espera de uma unidade curricular neste contexto.

8. Metodologias de ensino:

A unidade curricular desenvolve-se em regime de seminário, no âmbito de um curso de mestrado em direito e ciência jurídica. O objectivo do seminário é o desenvolvimento de metodologias de investigação autónoma aprofundada pelos estudantes, dentro dos temas e tópicos gerais do programa. Nas primeiras aulas do seminário, o docente enuncia o essencial dos temas a tratar e as questões cujo aprofundamento se propõe. Posteriormente, adopta-se o modelo de seminário, tendente à selecção e trabalho nos temas a abordar pelos estudantes nos respectivos relatórios finais e calendarização das respectivas exposições. As exposições têm a duração mínima de 20 e máxima de 30 minutos, após o que ocorre debate com os restantes estudantes e o docente. Com antecedência face à data marcada para a sua exposição, o estudante deverá remeter ao docente e colegas um esquema com os tópicos da exposição e alguma bibliografia de referência.

9. Avaliação:

Participação e assiduidade nas aulas e relatório escrito final.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias de ensino são consistentes com um curso de mestrado em direito e ciência jurídica, na medida em que combinam uma dimensão expositiva com uma grande componente de reflexão crítica e tarefas de investigação aprofundada desenvolvidas autonomamente pelo estudante.

11. Bibliografia principal:

NOTA: referências específicas serão facultadas a propósito dos diversos temas

Aroso de Almeida, Mário, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 12.ª ed. revista e actualizada, Coimbra: Almedina, 2025.

Cane, Peter/Hofmann, Herwig C. H./Ip, Eric C./Lindseth, Peter L. (Eds.), *The Oxford Handbook of Comparative Administrative Law*, Oxford: Oxford University Press, 2021.

Franco, Vasco, *Semipresidencialismo: perspetiva comparada e o caso português,* Lisboa: Assembleia da República, 2020.

Gomes Canotilho, José Joaquim, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 2003.

Gomes Canotilho, José Joaquim / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra: Coimbra Editora, 4.ª ed., 2007 e 2010.

Gonçalves, Pedro Costa, *Manual de Direito Administrativo,* Coimbra: Almedina, 2019.

Miranda, Jorge/Medeiros, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, 3 tomos, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010, e Lisboa: UCP Editora, 2018 e 2020.

Miranda, Jorge, *Teoria da Constituição,* Coimbra: Almedina, 2020.

___, *A Constituição Portuguesa. Uma Introdução Geral,* Coimbra: Almedina, 2023.

Moreira, Vital, *Que Presidente da República para Portugal? Contra a tentação presidencialista*, Lisboa: Bertrand Editora, 2025.

Otero, Paulo, *Direito Constitucional Português*, Vol. I - *Identidade constitucional* e Vol. II - *Organização do poder político*, Coimbra: Almedina, 2010.

Raimundo, Miguel Assis, "Os princípios no novo CPA e em particular, o princípio da boa administração", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão (Coords.), *Comentários ao Código do Procedimento Administrativo*, Vol. I, 6.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2023, pp. 339-376.

___, "Novos desafios da legalidade administrativa: o caso da eficiência como princípio jurídico", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Eurico Bitencourt Neto/Fabricio Motta (Coords.), *O Direito Administrativo nos 30 Anos da Constituição Brasileira de 1988 - Um Diálogo Luso-Brasileiro*, Lisboa: ICJP (e-book disponível em icjp.pt), 2019, pp. 130-143.

___, "Controlo jurisdicional de validade dos actos políticos simples: uma exigência e uma realidade", in Pedro Costa Gonçalves/Fernanda Paula Oliveira/Jorge Alves Correia/Ana Raquel Gonçalves Moniz (Coords.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Fernando Alves Correia*, vol. I, Coimbra: Almedina, 2023, pp. 881–906.

Reis Novais, Jorge, *Princípios Estruturantes de Estado de Direito*, Coimbra: Almedina, 2.ª ed., reimpr., 2022.

___, *Semipresidencialismo - Teoria Geral e Sistema Português*, 3.ª ed., Coimbra: Almedina, 2021.

___, *Separação de poderes e limites da competência legislativa da Assembleia da República*, Lisboa: Lex, 1997.

Rose-Ackerman, Susan/Lindseth, Peter L./Emerson, Blake, *Comparative Administrative Law*, 2.ª ed., Cheltenham, UK / Northampton, MA: Elgar, 2017.

Sunstein, Cass / Vermeule, Adrian, *Law and Leviathan. Redeeming the Administrative State*, Harvard University Press – Belknap Press, 2022.

Curricular Unit Sheet

Course Masters in Law and Legal Practice (Mestrado em Direito e Prática Jurídica)

1. Curricular Unit Name:

Constitutional Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐ Annual ☒
Work hours: _____
Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo – 2 hours

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

---

5. Learning outcomes of the curricular unit:

- Advanced mastery of the structuring principles of the Rule of Law and their interconnection with public administration, an essential structure for the implementation of the fundamental rights of citizens, within the framework of the recent strong revaluation of the constitutional dimension of administrative law in legal science and case law.
- Ability to analyse and critically approach judgments and doctrinal articles, in a deep perspective and autonomous research, typical of the master's course.
- Preparation for resolving complex legal problems, providing students with tools that allow them to embark on research-related paths, as well as to act in different professional contexts that require high-level knowledge.

6. Syllabus:

SELECT ISSUES OF BALANCE OF POWERS IN CONSTITUTIONAL LAW

§ 1.º - Starting points: checks and balances as an elemento of constitutional law and systems of government; the principle of the separation of powers, features and manifestations

§ 2.º - Balance between political bodies: legislative veto in Portuguese and comparative constitutional law

§ 3.º - Balance between political bodies and the judiciary: the validity and judicial review of political decisions

§ 4.º - Balance between the judiciary and the Executive power: structure and limits of the judicial control of Executive power

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The coherence between contents and objectives stems from the choice of highly pressing and relevant topics and approaches that contribute to a significant deepening of knowledge and criticial thinking that is expected at this level.

8. Teaching methodologies:

Classes are developed as a seminar, in a masters course of law and legal science. The purpose of the seminar is to develop autonomous deep research skills by students, within the general topics of the syllabus. The first classes of the seminar are based in presentations by the professor. Afterwards, topics to address by students in their final papers are selected, and the respective presentations are scheduled. Presentation of the topic of the paper by the student has a minimum duration of 20 and maximum of 30 minutes, after which a debate with the rest of the students and the professor takes place. With some advance regarding the scheduled date for presentation, the student must send the professor and other colleagues a draft of the topics of the presentation and a list of bibliographical references.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The teaching methodologies are consistent with a master's course in law and legal science, insofar as they focus in critical analysis of relevant theoretical debates regarding the topics, with the depth that characterizes the master's level.

10: Evaluation:

Quality of work during classes and final written paper.

11: Main Bibliography:

NOTE: specific references will be provided concerning the specific topics

Aroso de Almeida, Mário, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 12.ª ed. revista e actualizada, Coimbra: Almedina, 2025.

Cane, Peter/Hofmann, Herwig C. H./Ip, Eric C./Lindseth, Peter L. (Eds.), *The Oxford Handbook of Comparative Administrative Law*, Oxford: Oxford University Press, 2021.

Franco, Vasco, *Semipresidencialismo: perspetiva comparada e o caso português,* Lisboa: Assembleia da República, 2020.

Gomes Canotilho, José Joaquim, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 2003.

Gomes Canotilho, José Joaquim / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra: Coimbra Editora, 4.ª ed., 2007 e 2010.

Gonçalves, Pedro Costa, *Manual de Direito Administrativo,* Coimbra: Almedina, 2019.

Miranda, Jorge/Medeiros, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, 3 tomos, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010, e Lisboa: UCP Editora, 2018 e 2020.

Miranda, Jorge, *Teoria da Constituição,* Coimbra: Almedina, 2020.

___, *A Constituição Portuguesa. Uma Introdução Geral,* Coimbra: Almedina, 2023.

Moreira, Vital, *Que Presidente da República para Portugal? Contra a tentação presidencialista*, Lisboa: Bertrand Editora, 2025.

Otero, Paulo, *Direito Constitucional Português*, Vol. I - *Identidade constitucional* e Vol. II - *Organização do poder político*, Coimbra: Almedina, 2010.

Raimundo, Miguel Assis, "Os princípios no novo CPA e em particular, o princípio da boa administração", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão (Coords.), *Comentários ao Código do Procedimento Administrativo*, Vol. I, 6.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2023, pp. 339-376.

___, "Novos desafios da legalidade administrativa: o caso da eficiência como princípio jurídico", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Eurico Bitencourt Neto/Fabricio Motta (Coords.), *O Direito Administrativo nos 30 Anos da Constituição Brasileira de 1988 - Um Diálogo Luso-Brasileiro*, Lisboa: ICJP (e-book disponível em icjp.pt), 2019, pp. 130-143.

___, "Controlo jurisdicional de validade dos actos políticos simples: uma exigência e uma realidade", in Pedro Costa Gonçalves/Fernanda Paula Oliveira/Jorge Alves Correia/Ana Raquel Gonçalves Moniz (Coords.), *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Fernando Alves Correia*, vol. I, Coimbra: Almedina, 2023, pp. 881–906.

Reis Novais, Jorge, *Princípios Estruturantes de Estado de Direito*, Coimbra: Almedina, 2.ª ed., reimpr., 2022.

___, *Semipresidencialismo - Teoria Geral e Sistema Português*, 3.ª ed., Coimbra: Almedina, 2021.

___, *Separação de poderes e limites da competência legislativa da Assembleia da República*, Lisboa: Lex, 1997.

Rose-Ackerman, Susan/Lindseth, Peter L./Emerson, Blake, *Comparative Administrative Law*, 2.ª ed., Cheltenham, UK / Northampton, MA: Elgar, 2017.

Sunstein, Cass / Vermeule, Adrian, *Law and Leviathan. Redeeming the Administrative State*, Harvard University Press – Belknap Press, 2022.